

## PROJETO

### Exploração Agro-Pecuária do Casal Monzebre

Resumo

Não

Técnico

Promotor:

Sociedade Agro-Pecuária Monte Rei S A

*Julho de 2018*

## Índice

1.	NOTA DE INTRODUÇÃO .....	2
2.	A EMPRESA.....	3
3.	JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO.....	3
4.	O PROJECTO.....	4
4.1.	A LOCALIZAÇÃO .....	4
4.2.	INFRA – ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS.....	5
4.3.	FUNCIONAMENTO DA EXPLORAÇÃO .....	6
4.4.	ACÇÕES DO PROJECTO CONSIDERADAS.....	10
5.	AMBIENTE ACTUAL.....	10
5.1.	GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA .....	10
5.2.	FACTORES CLIMÁTICOS .....	11
5.3.	RECURSOOS HÍDRICO E HIDROGEOLOGIA.....	11
5.4.	QUALIDADE DO AR .....	12
5.5.	AMBIENTE SONORO.....	13
5.6.	SISTEMAS ECOLÓGICOS .....	13
5.7.	SOLOS E USO DOS SOLOS.....	14
5.8.	SOCIO ECONOMIA .....	14
5.9.	PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO.....	15
5.10.	PAISAGEM.....	15
6.	ANÁLISE DE IMPACTES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO .....	16
7.	CONCLUSÕES.....	20

## **1. NOTA DE INTRODUÇÃO**

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto do estabelecimento agro-pecuário pertence à Exploração Agro-Pecuária Casal Monzebre, Sociedade Agro-Pecuária Monte Rei S.A., a empresa dedica-se à recria e engorda de gado suino para produção de carne e com vacas aleitantes, ao ar livre.

A Sociedade Agro-Pecuária Monte Rei S.A., possui sede Runa, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, Concelho de Torres Vedras, direcção postal: Rua 25 de Abril, Nº 83 Runa, 2565-735 Runa TVD

Mail: socmontere@gmail.com Tel: 261 314 201

O proponente do projecto é a empresa Sociedade Agro – Pecuária Monte Rei S.A, com o NIPC 502 549 157.

A empresa foi construída em 1991, exercendo como actividade principal a suinicultura, com CAE 01460 e criação de bovinos, CAE 01420.

A entidade responsável pelo licenciamento deste tipo de projecto é a Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

## **2. A EMPRESA**

A Exploração Agro-Pecuária Casal de Monzebre – Sociedade Agro-Pecuária Monte Rei S.A., deu início à sua actividade no ano de 1991, adquirindo uma propriedade rústica com cerca de 30 hectares e com cerca de 7000 m<sup>2</sup> de área coberta afectos à recria e engorda de gado suino para produção de carne e com vacas aleitantes, ao ar livre.

No processo de licenciamento a exploração terá uma capacidade para 2861 porcos de engorda, em regime intensivo e uma capacidade para 45 vacas aleitantes e 1 touro, em regime de pastagem ao ar livre.

A empresa tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, mesmo apesar das contrariedades de mercado que se fizeram sentir nos últimos 5 a 7 anos.

A Câmara Municipal de Torres Vedras, detém as competências de licenciamento de

obras de construção civil dos vários edifícios que constituem o estabelecimento.

Este projecto trata da implantação num terreno rústico, Casal Monzebre com uma área de cerca de 300 000 m<sup>2</sup> de uma exploração pecuária composta por dois núcleos de produção, pretendendo-se a construção de um pavilhão para a produção de suínos em regime intensivo (Pav.nº3).

### **3. JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO**

Este projecto, tal como existe actualmente no terreno, justifica-se por si só na dimensão e no volume de negócios, representando localmente uma mais-valia indiscutível em termos de dinâmica social e económica.

Pretendem os responsáveis ampliar a capacidade de engorda, com a construção de mais 1 pavilhão, devido às dificuldades existentes na instalação de todos os bacosos que são produzidos numa outra exploração, que a sociedade detém.

A exploração a licenciar terá uma capacidade para 2861 porcos de engorda, em regime intensivo e uma capacidade para 45 vacas aleitantes e 1 touro, em regime de pastagem ao ar livre.

Para a viabilização do projecto em termos económicos terá grande peso a capacidade produtiva de forragens para alimentação de bovinos, pretende-se para esse fim ampliar a área do prédio rústico, de modo a incluir para além da exploração pecuária, aumentar a área exterior à vedação sanitária ocupada com áreas de culturas temporárias (forragens) representando uma atmosfera circundante à instalação propiciadora de atmosfera saudáveis à exploração pecuária.

O parecer da Câmara Municipal de Torres Vedras informa que o projecto proposto (Actual + Construção de 1 Pavilhão) cumpre com o PDM de Torres Vedras.

A parcela de terreno proposto insere-se em Espaço Florestal de Produção, onde é admissível a instalação de unidades agro-pecuárias.

Tendo em conta o enquadramento concelhio e regional e no âmbito de impactes ambientais e, neste caso em particular, tendo igualmente em conta que a exploração pecuária tem funcionado continuamente e que possui instaladas todas as infra-estruturas básicas para a produção de suínos e bovinos, será bem mais razoável justificar a manutenção da unidade em funcionamento enquanto suporte da atividade principal da empresa.

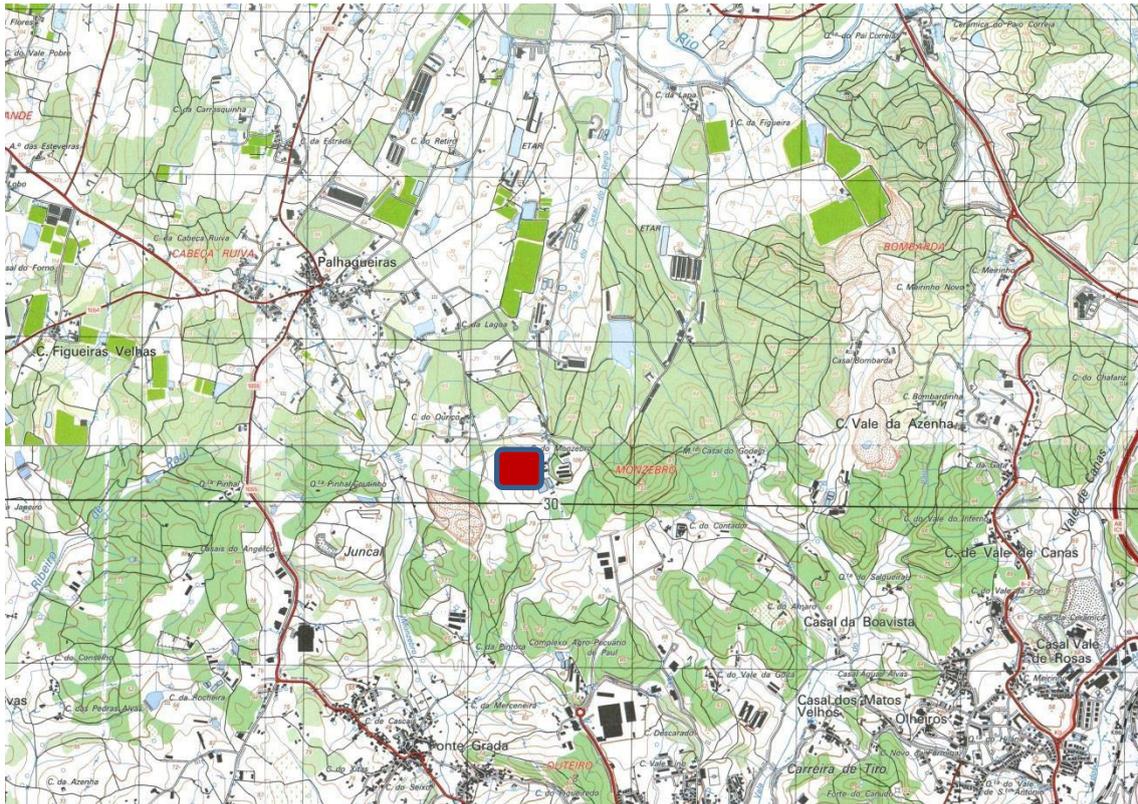
## **4. O PROJECTO**

### **4.1. A LOCALIZAÇÃO**

A instalação ocupa uma área total de cerca de 30,0 hectares (várias parcelas rústicas) onde se incluem uma área ocupada pelos dois núcleos (bovinos e suínos) com cerca de 7,00 hectares, onde se implantam os arruamentos de circulação interna e outros edifícios de apoio.

Os cerca de 23 hectares são utilizados principalmente para a pastagem das vacas aleitantes e a produção de alimentos.

## - Exploração Agro-Pecuária do Casal Monzebre -



Localização do Projecto (Carta 1/25000)



O local do projecto desenvolve-se no Concelho de Torres Vedras, situa-se na área da União de Freguesias de São Pedro, Distrito de Lisboa.

A cidade de Torres Vedras, pertencente ao concelho com o mesmo nome, classificação Região – NUTS II – Centro e Sub – Região NUTS III – Oeste, com cerca de 79 465 habitantes.

A área do município é limitada a Norte pelo município da Lourinhã, a Nordeste pelo município do Cadaval, a Leste pelo município de Alenquer, a Sul pelos municípios de Sobral de Monte Agraço e Mafra e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

### 4.2. INFRA - ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS

O projecto em análise neste documento possui infra-estruturas construídas ainda em data anterior à sua aquisição pela Sociedade Agro – Pecuária Monte Rei S.A..

As infra-estruturas pertencentes à exploração pecuária são:

Na entrada da exploração existe um edifício de controlo das entradas e destinado a receber os visitantes. Anexo aos pavilhões dos suínos existe um filtro sanitário, composto por balneários e WC para homens e mulheres e uma área isolada destas, destinada ao armazenamento de medicamentos e de outros produtos auxiliares que são necessários. Esta área funciona também como escritório de apoio aos dois núcleos de produção.

### **4.3. FUNCIONAMENTO DA EXPLORAÇÃO**

#### **4.3.1. Núcleo de produção de bovinos, em pastoreio ao ar livre**

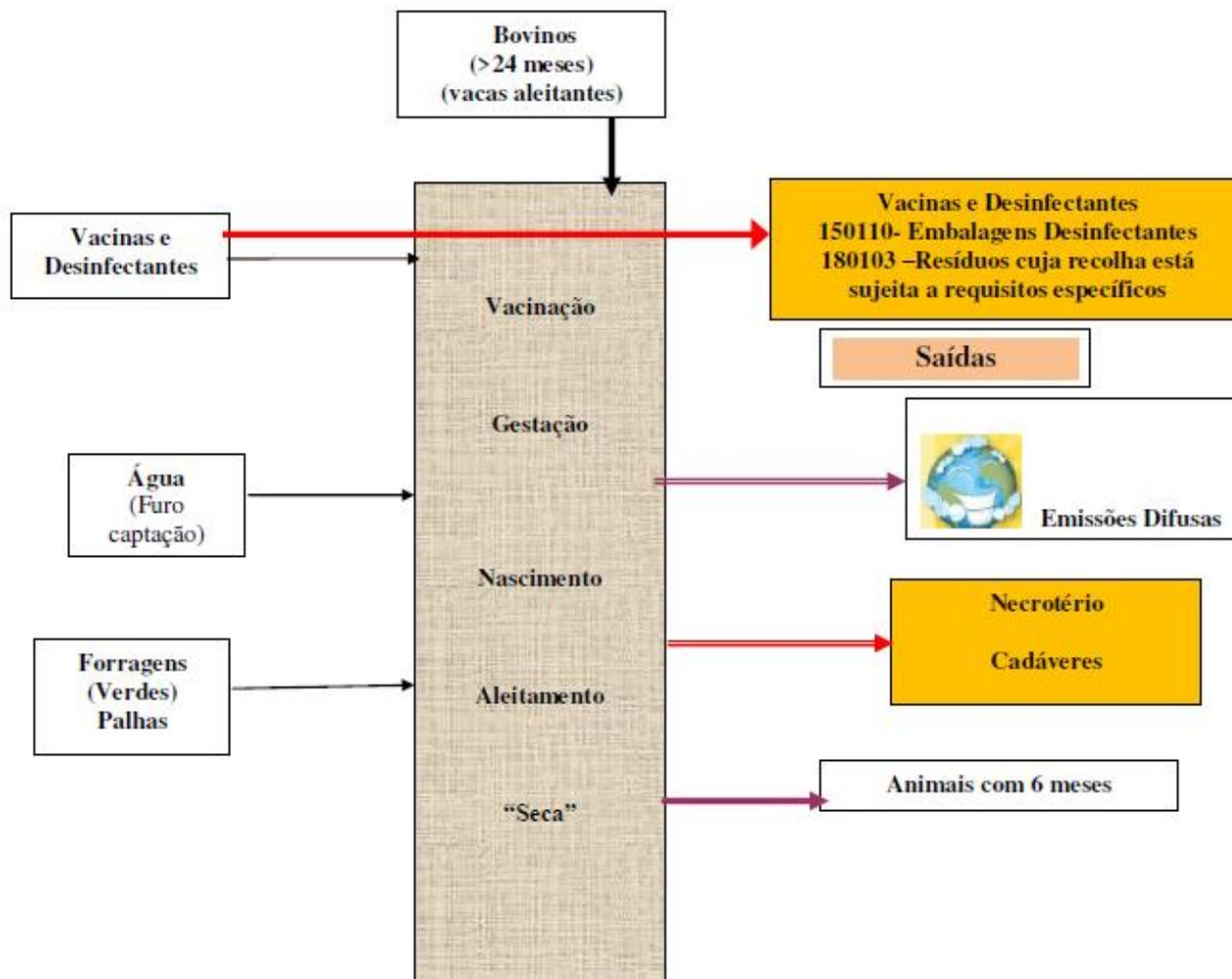
Os Parques de Abrigo e Retenção Sanitária asseguram o alojamento temporário das vacas aleitantes e das “futuras mães”, e apresentam condições de protecção e com equipamentos de permitem a alimentação e abeberamento dos animais em condições adequadas de higiene e de bem-estar animal.

Os bovinos encontram-se permanentemente na pastagem excepto num período estimado em cerca de 2 meses, no inverno, em que estão estabulados em cerca, para o desenvolvimento das pastagens.

Os bovinos utilizam o pastoreio permanente no seu processo produtivo e mais de dois terços das necessidades alimentares são asseguradas no pastoreio. As pastagens são de azevém e aveia e o suplemento é de feno e palha, também estes de azevém ensilado, de aveia ou de erva do Sudão.

A exploração possui captação de água subterrânea (furo licenciado pela APA-ARH Tejo e Oeste) para as finalidades da exploração pecuária.

## Fluxograma Simplificado Bovinos



#### 4.3.2. Núcleo de engorda de suínos

A exploração recebe bácoros provenientes de outra exploração, com pesos entre 25 e 30 kgs, e com todos os programas de vacinação já realizados.

São colocados em parques por grupos com um número variável de suínos e permanecem em engorda durante um período adequado até atingirem os pesos vivos finais desejados e muitas vezes dependentes das condições de mercado.

A alimentação é realizada a partir de silos de ração colocados no exterior dos pavilhões e por meios totalmente automáticos, para garantia da sanidade do alimento.

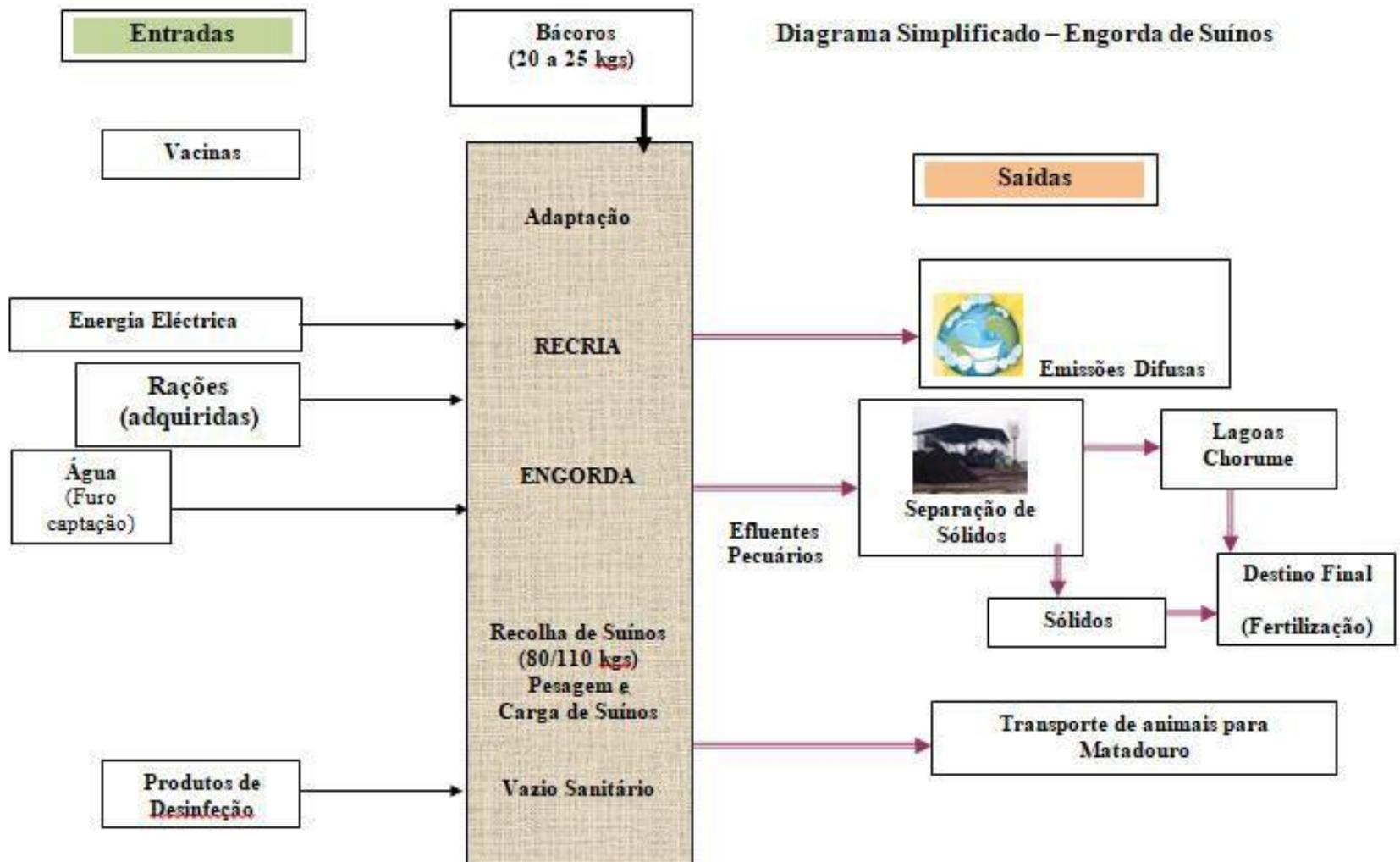
A água para os animais é distribuída a partir do depósito central de armazenamento de água por rede de tubagem PVC até aos parques de engorda. Existem bebedouros de tipo pipeta para evitar derrames e consumos de água desnecessários.

Os pavilhões possuem ventilação natural por meio de janelas basculantes e “fugas” de ar quente na cobertura. As janelas estão protegidas por redes anti – insectos. O controlo de praga e insectos é fundamental para prevenção e controlo de doenças.

Os parques onde permanecem os animais possuem pavimentos com duas áreas distintas; uma com pavimento compacto em cimento afagado e outra parte com “slatts” permeáveis de modo a permitir o escoamento dos dejectos dos animais para a fossa situada sob o piso. Após saída dos animais dos parques, os mesmos são lavados com recurso a máquina de alta pressão para poupança de água e são depois pulverizados com uma solução de desinfecção, quer os pisos e quer as paredes dos parques.

Após a operação de desinfecção, os parques respeitam o período de vazio sanitário, tempo durante o qual a instalação permanece sem animais.

Os efluentes encaminhados por rede de manilhas de cimento dão entrada num poço de recepção geral equipado com agitador e bomba de transfega. Existe um tamisador rotativo para separação de fases. Os sólidos são descarregados para um reboque e periodicamente são retirados e conduzidos para a nitreira. Os líquidos são descarregados para o sistema de lagunagem permanecendo em decomposição anaeróbia e aeróbia sendo depois utilizados em fertilização de terrenos ocupados com a produção de forragens para os bovinos.



#### **4.4. ACÇÕES DO PROJECTO CONSIDERADAS**

Apesar da avaliação de impactes incidir essencialmente na fase de exploração, também se consideraram as fases de construção e desactivação, de acordo com a enumeração das principais acções consideradas que se faz em seguida:

##### *4.4.1. Fase de construção (ampliação)*

Movimentação de terras; Produção de resíduos decorrentes da construção e da actividade humana; Circulação de veículos pesados.

##### *4.4.2. Fase de exploração*

Alimentação de ração; Cargas e descargas de bovinos e suínos; Funcionamento de equipamentos mecânicos; Manutenção dos sistemas de ventilação dos pavilhões; Circulação de veículos ligeiros e pesados.

##### *4.4.3. Fase de desactivação*

Movimentação de terras; Produção de Resíduos decorrentes da desactivação e da actividade humana; Circulação de veículos pesados.

Estas acções decorrem no interior e no exterior da instalação com acesso pela N8-2 na direcção Lourinhã, ou pela N9 na direcção Ponte Rol.

## **5. AMBIENTE ACTUAL**

A caracterização da situação de referência/actual, a nível dos vários descritores ambientais, reportar-se-á à fase de exploração do projecto, pelo facto deste estabelecimento se encontrar em laboração, desde 1991.

Numa análise específica será tratado este conjunto de descritores correspondentes aos elementos ambientais mais relevantes, considerando o local de inserção do projecto e a sua tipologia e tendo em vista uma abordagem multidisciplinar e integrada das matérias de ambiente e ordenamento do território.

### **5.1. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA**

Geologicamente, a área estudada está situada em terrenos construídos pela formação de “Grés de Torres Vedras”, que corresponde à base do sistema cretáceo e que forma um extenso afloramento a norte e noroeste de Torres Vedras. Os afloramentos

rochosos existentes na área estudada são raros devidos à vegetação e ao uso dos terrenos por parques de pastagem, agricultura, edificações e vias de circulação.

A área de instalação está situada numa zona de risco sísmico muito elevado, sendo que para evitar eventuais prejuízos, a construção das estruturas deve ser efetuada conforme o regulamento de segurança RSAEEP.

Apresenta geomorfologia ondulada típica de terrenos construídos essencialmente por grés, arenitos e conglomerados: pouco acidentada, existindo colinas e vales com vertentes relativamente suaves. As cotas nas áreas envolventes variam entre 70 e 105 metros de altitude acima do nível do mar, ocupando as instalações do projeto o cume de uma elevação. As águas superficiais provenientes da área e da envolvente do projeto escoam através de ribeiras para o Rio Sizandro e Alcabrichel, encontrando-se a zona estudada na linha divisória das águas das bacias hidrográficas dos rios mencionados.

## **5.2. FACTORES CLIMÁTICOS**

A área do projeto e a sua localização privilegiada confere-lhe um clima extremamente agradável. Na envolvente as temperaturas mantêm-se amenas ao longo do ano, havendo um clima temperado pela suave brisa que sopra do oceano.

As chuvas são mais frequentes no Outono e no Inverno, sendo os meses de Abril a Setembro os mais escassos ao nível da precipitação.

O clima é caracterizado por fracas amplitudes térmicas anuais (verão fresco a moderado e inverno tépido a moderado), precipitação moderada, humidade relativa elevada, com nevoeiros frequentes durante as manhãs de verão.

A área geográfica do concelho de Torres Vedras apresenta as características de um clima temperado mediterrânico de feição atlântica.

A proximidade do oceano confere a estas regiões características que permitem considerar um subtipo climático – Atlântico setentrional – exercendo um efeito moderador da temperatura nas terras do litoral, e ao mesmo tempo, conferindo-lhes humidade atmosférica.

## **5.3. RECURSOS HÍDRICO E HIDROGEOLOGIA**

### *5.3.1. Recursos hídricos superficiais*

A área do projeto está localizada na região hidrográfica PTRH5 – Tejo e ribeiras do Oeste, mais concretamente, na bacia hidrográfica Ribeiras do Oeste, sub-bacia hidrográfica Oeste 2. O tipo de rios e ribeiras na vizinhança da instalação projectada é

Rios do Litoral Centro. As massas de água de superfície que podem ser afectadas pela instalação da exploração são o Rio Sizandro, o Rio Alcabrichel, com duas massas de água e a Zona Costeira do Oeste Atlântico.

#### *5.3.1.1. Situação no local estudado*

A ligação entre a massa de água do Rio Sizandro e a área a ser estudada é dada por linhas afluentes da ribeira Monzebre e a própria ribeira, um afluente do Rio Sizandro, que nascem na própria área ou na envolvente dela. A massa de água do Rio Alcabrichel comunica com uma área do projecto através da Ribeira do Casal do Rego, que tem um afluente com início imediatamente a norte da instalação pecuária. Todas as massas de água referidas têm escoamento para o Oceano Atlântico.

Uma linha de água nasce na área do projecto e escoar para oeste, sendo um afluente da Ribeira Monzebre. Ainda dentro das delimitações da instalação pecuária estudada, a sua água é retida por uma represa.

#### *5.3.2. Recursos Hídricos subterrâneos e Hidrogeologia*

Em termos de hidrogeologia, a área do projeto encontra-se no limite entre o aquífero Orla Ocidental e o Sistema Aquífero de Torres Vedras (Almeida et al., 2000). Por isso, podem ser afetadas a massa de água subterrânea Orla Ocidental Indiferenciado das Bacias das Ribeiras do Oeste (código PTO04RH5) e a massa de água subterrânea Torres Vedras (código PTO25).

Sob o ponto de vista hidrogeológico a Orla Ocidental é caracterizada pela existência de vários sistemas de aquíferos importantes, relacionados com formações calcárias e detríticas. A organização sequencial dos sedimentos e a tectónica, em particular a tectónica salífera, tiveram um papel importante na organização e distribuição daqueles sistemas.

A organização sequencial dos sedimentos individualiza, verticalmente, formações com comportamento hidrogeológico diverso, criando alternâncias, mais ou menos cíclicas de aquíferos, aquíferos e aquíferos.

As águas subterrâneas da zona na envolvente do projecto são utilizadas, essencialmente, para instalações pecuárias e rega.

### **5.4. QUALIDADE DO AR**

Em termos de enquadramento ambiental regional (dados da CCDR LVT – Qualidade do Ar) o Concelho de Torres Vedras está incluído no Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal.

Não havendo fontes fixas de grande dimensão de emissões atmosféricas poluentes na envolvente da área em estudo, a qualidade do ar local não será motivo de preocupação. Com base em informação disponível e através da observação no local, verifica-se que o local do estabelecimento se encontra rodeado por áreas agrícolas e florestais.

#### **5.5. AMBIENTE SONORO**

As plantas de PDM Zonamento Acústico dividem os espaços territoriais em três categorias: Zonas Mistas, Zonas Sensíveis e Zonas de Conflito Acústico.

De acordo com a carta de ordenamento – Zonamento Acústico a área em estudo situa-se fora de qualquer condicionante.

Tendo em conta a envolvente florestal já descrita e as visitas ao local e tendo por base informação adicional recolhida, o local em estudo pode ser considerado como “silencioso”.

#### **5.6. SISTEMAS ECOLÓGICOS**

A área em estudo e a sua envolvente situam-se numa área fortemente artificializada, sujeita a uma elevada pressão antrópica, fruto da ocupação industrial, comercial, rodoviária e agrícola, o que, para além de ser por si só gerador de forte pressão, condiciona ainda a que exista uma elevada perda de fragmentação de habitat, considerados como a maior causa de perda de biodiversidade.

##### *5.6.1. Flora*

Tratando-se de uma região extensa o PROF subdivide-a em sub-regiões homogéneas. A área em estudo pertence ao Oeste Sul. Na área em estudo não foram identificadas espécies da floresta com elevado valor de conservação, as chamadas espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção). A área a intervir não se insere em nenhuma área pertencente ao Sistema Nacional de áreas Classificadas (SNAC), ao abrigo do decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de Outubro, documento este que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade. Não apresenta por isso especial importância de protecção, uma vez que não está classificada com Área Protegida ou Zonas Sensíveis e não interfere com nenhuma área sensível do ponto de vista conservacionista.

##### *5.6.2. Fauna*

A área estudada apresenta uma relativa importância local ao representar um mosaico de áreas diversificadas com representatividade de áreas florestais e pouca intervenção

humana. As manchas florestais contínuas e galerias ripícolas arbóreas representam habitats idóneos para refúgio e nidificação de algumas espécies de aves, nomeadamente algumas aves de rapina e corvídeos.

Simultaneamente, as manchas agrícolas menos intervencionadas e matos constituem locais preferenciais de alimentação.

A riqueza específica de aves na área está fortemente condicionada pela densidade populacional e pela intervenção nos habitats.

Na comunidade de mamíferos de provável ocorrência de espécies está reduzida a espécies mais ligadas a ambientes alterados.

A área de estudo apresenta ainda potencialidade para a raposa (*Vulpes vulpes*).

A maioria dos mamíferos potencialmente ocorrentes nesta zona tem estatuto de conservação Pouco Preocupante (LC) exceto o coelho-bravo que tem como estatuto de conservação Quase Ameaçado (NT) e a Toupeira que é um endemismo Ibérico.

#### **5.7. SOLOS E USO DOS SOLOS**

Segundo o Atlas do Ambiente, os solos da área do projecto correspondem a cambissolos éutricos provenientes da alteração de rochas sedimentares port-paleozóicas. São solos pouco evoluídos, cujos horizontes se estão a desenvolver, o que transmite através de uma variação de cores, da estrutura ou do teor em carbonatos.

Por norma, os cambissolos poder ser aptos para agricultura, podendo existir restrições devido ao clima, topografia, espessura e eor em material rochoso. Em más condições, o solos apenas é apto para uso florestal. Na área em que se encontra o projecto, no geral, o solo apresenta reduzida espessura, não sendo usado para fins de agricultura.

A mancha de solos da área em estudo é de qualidade muito baixa. A Carta de Capacidade de Uso do Atlas do Ambiente atribui a área à classe F (uso não agrícola, florestal). Esta mancha é classificada como RAN, sendo a área do projecto não afectada por esta condicionante.

#### **5.8. SOCIO ECONOMIA**

Torres Vedras é uma cidade do Distrito de Lisboa, Região Centro e Sub – Região do Oeste com 407,15 km<sup>2</sup> de área e 7954 (2011), subdivididos em 13 freguesias, sendo a sede do mais extenso município de Lisboa.

Sabe-se que a região do Oeste apresenta uma densidade populacional superior a 76 habitantes/km<sup>2</sup>, e que a maior parte dos concelhos com esta densidade encontra-se na faixa litoral.

É um concelho de policultura, isto é, produção de feijão, batata, vinha, entre outros, sendo considerado o concelho com maior produção de vinho a nível nacional. Como tal, a atividade agrícola, incluindo vinha e horticultura, a indústria agro-alimentar e metalúrgica e o comércio a retalho assumem papel preponderante. Este concelho assume um peso de 1% no tecido empresarial de Portugal e de 23% relativamente à Região Oeste.

A envolvente da área de implementação do projeto é servida por caminhos agrícolas e estradões florestais. Esta rede de estradões é limitada ao estritamente necessário, para evitar custos de construção e despesas de manutenção e conservação de pavimentos.

O volume de tráfego induzido pelo projeto nas vias principais é insignificante, dado o volume de tráfego que por estas vias já circulam.

#### **5.9. PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

A nível de arquitetura podem ser destacados alguns monumentos nacionais no concelho de Torres Vedras, tais como Elementos Românicos da Igreja de Santa Maria do Castelo, Ermida de Nossa Senhora do Ameal, Chafariz dos Canos, Igreja de São Pedro, Aqueduto de Torres Vedras, Mosteiro do Varatojo e as Fortificações das Linhas de Torres Vedras, constituídas pelo Forte de Archeira, Forte da Feiteira e Forte de Catefica.

O litoral do concelho tem uma grande qualidade turística, onde se encontra com a natureza. Isto comprova-se pelas distinções como Bandeiras Azuis, Praias de Qualidade de Ouro, Praia Acessível e Certificação Quality Coast Platina.

A nível de arqueologia, encontram-se alguns monumentos nacionais tais como Castro do Zambujal, Tholos do Barro ou da Pena e a Gruta Artificial da Época Calcolítica da Emergeira.

#### **5.10. PAISAGEM**

O projeto insere-se na parte meridional da Unidade de Paisagem L 71 (Oeste), do Grupo de Unidades de Paisagem L (Estremadura – Oeste). A área em estudo encontra-se perto da margem leste desta unidade de paisagem, onde é limitada pelas

Unidades de Paisagem L70 (Serra de Montejunto) e 72 (Oeste Interior. Bucelas – Alenquer).

A paisagem reflete um dinamismo da atividade económica, sendo diversificada, baseando-se na agricultura, na pesca e no turismo.

Geralmente é bastante diversificada em termos cromáticos, dominando os tons de verde influenciados pelo clima temperado atlântico. Pontualmente algumas manchas de pinheiro bravo e de eucalipto contrastam o seu verde-escuro com outros maciços mais viçosos.

A identidade destas paisagens é muito significativa no contexto nacional, para que contribuam as suas componentes naturais e humanas. Reúnem-se aqui testemunhos de processos naturais que modificaram drasticamente as paisagens já em tempos históricos como da intervenção das comunidades humanas, embora com evidente perda de qualidade nos tempos mais recentes.

## **6. ANÁLISE DE IMPACTES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**

Os impactes ambientais definem-se como o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência), resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projecto não viesse a ter lugar. Quanto à sua origem podem ser classificados como diretos, indiretos, cumulativos ou residuais.

Neste caso específico, procurou-se propor medidas de prevenção, minimização ou corretivas, que simultaneamente devem ser simples e de fácil concretização, eficazes, economicamente viáveis e ambientalmente inócuas.

Quanto aos descritores ambientais analisados não se perspetivam impactes significativos que, na opinião da equipa técnica, conduzam a uma necessidade imediata de serem programados planos de monitorização neste momento do projecto.

Assim, não se propõe no imediato um plano de monitorização mas sim uma reavaliação da situação após implementação das medidas propostas na instalação, considerando para tal os parâmetros, locais de medição, sem prejuízo de adaptação a novas diretrizes legais ou técnicas que venham a tornar-se eficazes.

Consideram-se atos de monitorização, as obrigações decorrentes do enquadramento da instalação no diploma REI. Serão realizadas regularmente análises às águas subterrâneas captadas.

Preconiza-se também a calendarização da execução das medidas de minimização e o registo paralelo dos dados de funcionamento do processo produtivo.

Em seguida resume-se numa matriz os principais impactes identificados por descritor, bem como a sua classificação e respetivas medidas de minimização.

**- Exploração Agro-Pecuária do Casal Monzebre -**

Descritor do Ambiente	Impacte	Medidas Minimizadoras Preconizadas
Geologia e Geomorfologia	Alteração da fisiografia por escavação e deposição de terras	M.M.1G. – Será limitada ao mínimo a área de movimentação de terras e acesso de maquinaria, de forma a reduzir a área de solos exposta aos processos erosivos; M.M.2G. – Compactação do material depositado no local de aterro, garantindo escoamento controlado das águas pluviais; M.M.3G. – Caso a desactivação venha a acontecer, a mesma será efectuada mediante um plano próprio a elaborar na altura, salvaguardando o cumprimento de medidas de minimização de impactes ambientais.
Solo e Uso Actual do Solo	Ocupação física do solo com alteração do solo e seu uso; Ocupação de solo susceptível de utilização agrícola; Derrames acidentais de contaminantes; Recuperação e valorização dos solos para produção agrícola.	M.M.1US – Limitar ao mínimo as movimentações de terra; M.M.2US Limitar a circulação de maquinaria pesada às vias já existentes; M.M.3US – Proceder à requalificação da área afectada, em termos de ocupação de solo; M.M.4US – Na eventualidade da ocorrência de um derrame, com contaminação de solos, é necessário a sua remediação através de técnicas apropriadas, ou com a sua remoção para destino adequado.
Recursos Hídricos Superficiais	Alteração da qualidade da água nas linhas de água envolventes;	M.M.1RH – Criação de um sistema de recolha de águas pluviais; M.M.2RH – As operações de manutenção da maquinaria e instalação utilizadas deverão ser efectuadas em local apropriado para o efeito; M.M.3RH – Executar as obras fora da época de chuvas; M.M.4RH – Manter um sistema de gestão de resíduos; M.M.5RH – Evitar que ocorram derrames acidentais de substâncias nocivas; M.M.6RH – Manter os locais de armazenamento temporário de resíduos em condições adequadas; M.M.7RH – Recolha e transporte dos estrumes resultantes da limpeza dos pavilhões e parques em meio adequado utilizando as vias existentes; M.M.9RH – Limitar o período de estadia dos bovinos no parque de abrigo; M.M.11RH - Caso a desactivação venha a acontecer, a mesma será efectuada mediante um plano próprio a elaborar na altura, salvaguardando o cumprimento de medidas de minimização de impactes ambientais.
Recursos Hídricos Subterrâneos	Alteração da qualidade da água subterrânea na envolvente; Aumento do consumo de água subterrânea originada pela exploração;	M.M.1RHSub – Utilizar equipamentos de abeberamento dos animais que evitem desperdícios de água; M.M.2RHSub – Calibração regular da alimentação de água dos bebedouros dos dois núcleos de produção; M.M.3RHSub – Avaliação periódica dos consumos de água de todos os pavilhões da exploração; M.M.4RHSub – Inspeção regular das linhas de abastecimento de águas em toda a exploração, para detecção de fugas;
Qualidade do Ar	Emissão de Poeiras; Emissão de odores; Melhoria da Qualidade do Ar	M.M.1QA – Racionalização da circulação; M.M.2QA – Condução suave, ou seja, sem acelerações bruscas;

**- Exploração Agro-Pecuária do Casal Monzebre -**

		<p>M.M.3QA – Limitação da velocidade de circulação de veículos;</p> <p>M.M.4QA – Utilização de rega do pavimento regular e controlada nomeadamente em dias secos e ventosos;</p> <p>M.M.5QA – Manutenção das áreas florestadas e/ou cultivadas na envolvente da exploração pecuária;</p> <p>M.M.6QA – Adopção de medidas de controlos nutricionais das rações dos animais;</p> <p>M.M.8QA – Manutenção dos pavimentos semi-permeáveis nos acessos à exploração e nas vias de circulação interna;</p> <p>M.M.10QA – Humedecimento das superfícies dos terrenos que ficarem a descoberto e não compactadas, durante as acções de demolição, de forma a minimizar a dispersão de poeiras;</p> <p>M.M.11QA – Realização do transporte de resíduos resultantes das demolições e das terras com as adequadas coberturas das cargas de forma a minimizar a emissão de poeiras durante o transporte.</p>
Ruído (Ambiente Sonoro)	Aumento dos níveis de ruído	<p>M.M.1AS – Os trabalhos de construção apenas se realizam no horário normal de trabalho;</p> <p>M.M.2AS – Circulação de veículos a baixa velocidade;</p> <p>M.M.3AS – São interditas cargas e descargas fora das horas normais de funcionamento, esta medida visa igualmente proporcionar uma condição de bem-estar animal;</p> <p>M.M.4AS – Seguir as normas de manuseio e bem-estar animal.</p>
Gestão dos Resíduos e Subprodutos	Impactes associados à produção de resíduos de construção; Contaminação do ar, dos solos e das águas superficiais, originada pela produção de estrumes; Utilização do estrume em benefício da agricultura; Produção de resíduos domésticos e não perigosos	<p>M.M.1GR – Recolha de todos os resíduos por tipo de resíduos e encaminhamento para destino adequado;</p> <p>M.M.2GR – Garantir que os resíduos sejam devidamente acondicionados durante a armazenagem e no transporte entre a exploração pecuária e os locais de destino;</p> <p>M.M.3GR – Recolha dos cadáveres, resíduos hospitalares e embalagens vazias e envio para tratamento por gestores autorizados;</p> <p>M.M.4GR – Dever-se-á efectuar com rigor a separação dos RSU gerados e encaminhá-los para processos de reutilização e reciclagem;</p> <p>M.M.5GR – Manter um registo actualizado e documentado da gestão interna de resíduos;</p> <p>M.M.6GR – Deve-se manter o acondicionamento dos resíduos em locais adequados, de acordo com o tipo de resíduos e impactes associados, evitando a sua acumulação excessiva;</p> <p>M.M.7GR – Armazenagem temporária dos resíduos em áreas impermeabilizadas, planas, protegidas da pluviosidade, do acesso de pessoas e animais e da acção do vento, garantindo a protecção dos solos, águas superficiais e subterrâneas;</p> <p>M.M.8GR – Sensibilização dos colaboradores para as boas práticas de gestão de resíduos, reforçando a necessidade de prevenção</p>
Paisagem	Limpeza do terreno e corte da vegetação arbórea; Alteração da paisagem por elementos construídos; Alteração da paisagem	<p>M.M.1P – Repovoamento das áreas afectadas, conforme adequados planos de sementeira de herbáceas e arbustivas e plantação de espécies arbóreas de crescimento rápido e lento;</p> <p>M.M.2P – Plantação de uma cortina arbórea em todo o perímetro da instalação de forma a minimizar o impacto visual.</p>

## 7. CONCLUSÕES

Este Resumo Não Técnico traduz uma vontade declarada do promotor em desenvolver um trabalho de adequação ambiental às novas exigências legais e simultaneamente permitir a legalização e capacidade de produção da instalação perante a Administração, em termos de atividade e de ambiente.

De forma geral, foi possível reunir ou produzir informação suficiente para a elaboração do estudo e consolidação da avaliação de impactes efetuada.

Da avaliação efetuada verificou-se que estando ultrapassada a construção do Pav. 3 na fase de exploração não foram identificados impactes negativos significativos que ponham em causa a continuidade do projeto no local e de acordo com a legislação.

Face ao exposto, foram ainda propostas um conjunto de medidas de minimização subsequentes à construção do Pav. 3, que visam essencialmente melhorar o funcionamento geral da exploração e adaptar a mesma ao cumprimento da legislação ambiental em vigor, sempre com a adoção das MTD's.

Por último, refira-se a importância da continuidade desta instalação e da adequação ambiental face aos normativos legais em vigor, com óbvias repercussões positivas quer no desenvolvimento económico e social da própria empresa, quer indiretamente no meio social e económico que está inserida.